



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



4

Discurso na solenidade de encerramento do Seminário Comemorativo do 182º Aniversário da Associação Comercial do Rio de Janeiro

AUDITÓRIO DO BNDES, RIO DE JANEIRO, RJ, 9 DE JULHO DE 2002

Senhor Embaixador Marcílio Marques Moreira, Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Senhor Humberto Motta, Presidente do Conselho da Associação Comercial do Rio; Meu prezado amigo, Governador Itamar Franco, que nos dá a honra da presença, nesta tarde histórica; Senhores Ministros de Estado; Senhores Parlamentares; Doutor Eliezer de Carvalho, Presidente do BNDES; Doutor Lázaro de Melo Brandão, representante do empresariado nacional; Senhoras e Senhores,

Eu, também, trouxe um discurso escrito, como fez o Marcílio. Mas, ao ouvi-lo e ao ver tantos amigos aqui presentes, tantos companheiros de tanto tempo, dessas jornadas brasileiras de recuperação da nossa auto-estima e credibilidade, talvez preferisse falar-lhes mais emotivamente e mais diretamente, sem ler um texto.

E, quando o Doutor Marcílio fazia referência, aqui, a dois fatos significativos, eu fiquei pensando: “Quantos países, hoje chamados emergentes – na minha época se chamavam “em desenvolvimento” ou “sub-desenvolvidos” –, poderão se orgulhar, como nós, de termos uma instituição que completa 182 anos?”

Isso é significativo. Porque um país só cresce quando ele é capaz de, ao mesmo tempo, enraizar-se, ter história, ter tradições, respeitar as suas instituições e ser capaz, ao mesmo tempo, de ser contemporâneo.

Hoje, ocorre que nós comemoramos, também, a data do Real, que é uma demonstração de que o Brasil busca, ao mesmo tempo, ser fiel às suas origens, às suas tradições, saber respeitar as suas instituições, mas saber renovar.

O lançamento do Plano Real foi um momento de renovação. Eu contei, muitas vezes, uma história, mas nunca contei diante do seu autor. Hoje, ele está aqui e eu vou repeti-la. Eu estava nos Estados Unidos – era Ministro do Exterior – voltando do Japão e jantava na casa do Embaixador Ronaldo Sardenberg, hoje Ministro de Ciência e Tecnologia, então Embaixador do Brasil nas Nações Unidas.

Estava num brinde. Aquele brinde, naquele momento, se fez antes do jantar, à moda japonesa. Foi quando a senhora do Embaixador Sardenberg, Dona Célia, se aproximou de mim e me disse: “O Comandante Carvalho quer falar com o senhor”. Comandante Carvalho era o Adjunto-de-Ordens do Presidente Itamar Franco e me disse que o Presidente gostaria de falar comigo.

Eu saí da sala de jantar, fui à sala ao lado e falei com o Presidente Itamar Franco. Ele há de se recordar disso. Havia um momento de dificuldade, no Brasil – nós estámos habituados a esses momentos de dificuldades – pois haveria uma troca de Ministros, como quase sempre. E o Presidente Itamar perguntou se eu estava sentado ou em pé. Eu já fiquei preocupado. E perguntou se eu não aceitaria ser Ministro da Fazenda, porque ele ia receber o Ministro demissionário e tinha que tomar uma decisão.

Eu disse a ele que estava muito feliz como Ministro das Relações Exteriores, e o Ministro Lampreia sabe que isso é verdade, porque ele era Secretário-Geral, e era quem trabalhava, eu estava muito feliz. E conversei com o Presidente Itamar e disse: “Olha, melhor manter o Ministro, que é um amigo nosso.”

Ele disse que ia ver o que faria. E eu disse a ele que eu não estava no Brasil, não

Ao final do jantar, eu recebi a informação de que o Presidente Itamar Franco não precisava mais falar comigo, e fui para o hotel. Acordei com vários telefonemas nervosos, alguns da minha família, depois, do Ministro Lampreia. Eu disse: "Mas isso não é certo, eu não sou Ministro da Fazenda. Eu não confirmei, não houve isso." Ele disse: "Não, está no Diário Oficial."

Aí, eu telefonei para o Presidente Itamar e falei, minha memória não é muito boa, mas acho que foi com a Dona Geralda, que trabalhava com ele. Não pôde me atender naquele momento. Em seguida me atendeu, rindo, e disse que tinha me nomeado e que o resultado tinha sido bem recebido no Brasil.

Voltei para o Brasil, no avião, com o Embaixador Synésio, que era meu Chefe de Gabinete, pensando o que fazer, pobre sociólogo metido, agora, nessas coisas tão difíceis da área econômica.

E, naquele mesmo dia, recebi, do Doutor Eliseu Resende, o Ministério. E fiz um discurso que está registrado, no Ministério. Eu disse: "Eu acho que nós temos três coisas a fazer: acabar com a inflação, acabar com a inflação e acabar com a inflação." Bom, aí a sorte estava selada. Era muito difícil acabar com a inflação.

Nós vivemos momentos de incertezas, como hoje, como sempre, incerteza. Foi preciso juntar um grupo de economistas imaginosos, competentes, audaciosos e, às vezes, um tanto amedrontados com a política. A política não ia bem. É difícil a política ir bem. Nós estávamos na época da CPI do Orçamento. Era muito difícil, naquele momento, governar. Fomos, pouco a pouco, avançando. Foi necessário refazer todo um relacionamento no que diz respeito à dívida externa. Desde a moratória nós não tínhamos credibilidade. Foi preciso retomar negociações com os bancos. Não vou contar a história em detalhes porque seria cansativo. O Fundo Monetário Internacional não nos apoiou. Ao contrário do que todo mundo disse e dizia, não nos apoiou. Porque não acreditava na viabilidade de um plano de estabilização – na época ainda se chamava FHC – sem condições políticas, diziam, para sua implementação.

Foi feita a negociação com o apoio pessoal do Senhor Camdessus, mas não com o aval do Fundo Monetário. Essa negociação foi feita, e

depois outra longa negociação com o Congresso Nacional, porque então, como hoje, era preciso ter disciplina fiscal. Cortamos o Orçamento pela metade. Eu tinha sorte, como tinha o Presidente Itamar, de termos sido senadores e, portanto, tínhamos acesso fácil ao Congresso. E não tínhamos o temor de conversar com o Congresso. Conversei, e muitas vezes, com o Congresso Nacional.

Pouco a pouco fomos conseguindo, até que foi possível chegar ao ponto da chamada URV, que foi quando nós já tínhamos concebido o Plano Real na sua inteireza. Quero dizer, agora, de público, e não digo pela presença, porque já disse em ausência, nunca me faltou apoio político do Presidente Itamar. Vez por outra há quem diga que eu não reconheço. E só ler os jornais. A história não se borra com uma borra-chá. Nem os stalinistas conseguiram, quanto mais nós, que somos democratas. Nunca me faltou apoio.

Hoje, temos o Real. Com suas dificuldades, com suas perspectivas tão bem enunciadas, aqui, pelo Dr. Marcílio. E, certamente, é fundamental para um povo, a moeda. O inesquecível Darcy Ribeiro tem páginas muito interessantes sobre isso, sobre o significado da moeda como símbolo nacional. E cito Darcy não só pelo vigor do seu talento, sua criatividade, como porque Darcy era considerado um oposicionista, mas nunca se opôs ao Brasil. Tudo o que era importante era reconhecido por ele.

Certamente esse aspecto, ressaltado pelo Dr. Marcílio, é fundamental. Uma moeda como um símbolo, uma moeda como mecanismo de interconexão e, diga-se de passagem, já que estamos na Associação Commercial, nos clássicos, o comércio era considerado também como uma forma de civilização, porque era a comunicação entre as pessoas. Os franceses chamavam *le douce commerce*, o comércio doce, o comércio agradável, porque leva à sociabilidade. E a moeda é uma forma de materializar essa sociabilidade, permitir a troca. Basta ler o querido Simmel – e o Ministro Celso Lafer, que é leitor de livros que não são comuns, deve ter conhecido *Das Geld* – para ver o significado da moeda além do significado econômico.

Pois bem, eu diria que, independentemente, e acima do significado de um plano de estabilização, do ponto de vista estritamente financeiro

e econômico, estão as consequências disso para a sociedade. E aí me permitam, eu vou ter até que inverter: só foi possível fazer um processo estabilizador, do tipo que nós fizemos, porque anteriormente foi implantada a democracia no Brasil. Sem democracia, haveria outros planos, não o Real, porque ele foi debatido, porque ele foi aberto. Não foi um plano feito simplesmente por tecnocratas, foi um plano explicado. E essa explicação, se eu comecei, deve-se muito ao Embaixador Rubens Ricupero, que continuou nessa pregação, durante toda a implementação do Plano Real, que foi fundamental para a sociedade entender do que se tratava.

E um país que é capaz de entender, nas suas camadas, até as excluídas, o significado de algo abstrato como essas três letras, URV, não tem que ter medo de nada. O que era muito difícil entender. Entender que se estava fazendo, praticando, uma espécie de hiperinflação controlada, para que as pessoas pudessem voltar a ter uma referência estável. Não é fácil. Foi feito. E foi feito porque havia um clima de liberdade. E nesse clima de liberdade, como sempre ocorre, uns defendem umas coisas; outros, outras. Na época diziam: "É um plano eleitoreiro, terminada a eleição volta a inflação." Não vou nem citar os autores dessas frases, porque são muito famosos e estão aí até hoje. E de outras coisas melhores, bem melhores.

De modo que era o que se dizia. É um plano eleitoreiro. Não era. Era uma tentativa forte, não do Presidente Itamar Franco, nem minha, nem dos nossos líderes, nem dos economistas, mas do país, de se livrar de alguma coisa que estava impedindo que o País visse a si próprio e voltasse a saber quais eram os seus reais problemas e pudesse ter alguma projeção de futuro, se não fosse contaminada pela ilusão de uma moeda que se esvaía a cada dia.

Vem junto com a democracia essa postura nova, que obriga a explicar. E nós, hoje, o que fazemos, os que lideramos este país, senão explicar todo dia, prestar contas todo dia? Até mesmo quando se prestam contas do que não é necessário, até mesmo quando as perguntas são, às vezes, que não se diriam, nem de boa-fé, mas ainda assim se prestam contas, se explica, se explicita. E isto é uma outra sociedade, que não foi

fruto do Real. Eu até diria, como mencionei, ao contrário, o Real foi possível porque essa outra sociedade já estava emergindo. Uma sociedade mais demandante, uma sociedade que tinha mais necessidade de se informar, que era capaz de criticar, que era capaz, portanto, de avançar de uma maneira mais firme. Claro está que uma sociedade democrática, uma moeda, uma proposta, são muito importantes, mas são apenas condições para que os outros processos possam avançar. E também isso foi mencionado pelo Dr. Marcílio.

O fundamental é que, a partir da estabilidade, foi possível repor o Estado em condições de funcionar. Quando eu fui Ministro da Fazenda nós não tínhamos idéia de como ia fechar a conta. E a inflação podava a tudo e a todos e dispensava a necessidade dessa idéia. O acerto do Orçamento era automático. Era só não pagar. Era só atrasar o pagamento que se tinham as contas ajustadas. Hoje, ai de quem atrasa. Fica com a conta prejudicada por muito tempo.

Na transição, quantos se equivocaram, porque não perceberam que havia mudado a regra, naquele, então, não havia a noção de quanto se teria que pagar porque não importava tanto. Não se tinha noção se havia desperdício ou não, não se tinha noção efetiva do que estava avançando e do que não, a um ponto tal – e volto a recordar quando era Ministro do Exterior – que eu insistia muito, nos públicos estrangeiros que, a despeito da inflação, as empresas estavam tendo lucro. E ninguém entendia isso, porque a inflação horrorizava tanto, e perturbava tanto ver a realidade, que dava a impressão de que tudo era um caos. E não era. Mas tudo aparecia como se fosse um caos, porque a inflação perturbava o senso de proporções, o senso de realidade. Volta a estabilidade, é possível então ver, com mais clareza, o papel do Estado.

Eu disse sempre que essa discussão sobre neoliberalismo é uma discussão mal colocada. Não há neoliberalismo que cai, num país como o Brasil. Num país como o Brasil, o setor público há de ser, sempre, fundamental. E não só fundamental no aspecto social de redistribuição de renda, mas fundamental no aspecto de sinalização e, também, no aspecto de regulamentação dos mecanismos novos que ensejam o processo produtivo. O que acontece é uma reformulação do Estado, onde

ele deixa de competir, onde ele não tem competência, ou onde ele não tem recursos, e passa a atuar, com mais energia, onde ele tem competência para atuar e para onde os recursos devem ser canalizados com mais força, porque a sociedade precisa atender aos reclamos dos mais pobres, aos reclamos das camadas que necessitam de acesso.

E se alguma coisa eu acho que o Brasil pode celebrar, não do Real, mas desses anos todos que têm passado, é que houve uma transformação social grande, no nosso país. Talvez o coroamento ou, melhor, a coroa mais visível seja a educação. Porque o avanço foi muito grande, na educação, nesses últimos anos.

E, aqui, já foi mencionado mas eu, uma vez mais, menciono: o Ministro Paulo Renato teve um papel decisivo no encorajamento dessas mudanças. Na educação, o acesso é, eu diria, exagerando um pouquinho, universal. Nós temos 97% das crianças nas escolas. É quase universal. Mesmo nos países mais avançados, nunca chega a 100%. Nós estamos nos aproximando.

Mas, não é isso o mais importante. O mais importante é que, no começo da década, os mais pobres, sobretudo os negros, a educação era de 75, 25% estavam fora. No ano passado, eram 93%; hoje serão 95% talvez. Quem sabe?

Quer dizer, houve acesso para os mais pobres, e isso é fundamental. Assim como houve acesso à saúde para os mais pobres, nos Programas de Saúde da Família, onde foi possível multiplicar muito o atendimento às camadas realmente carentes, sobretudo das zonas do sertão brasileiro, do Nordeste brasileiro, da Amazônia brasileira, com menos intensidade nas periferias das grandes cidades, onde é muito necessário, e onde o processo começa a avançar.

E esses subprodutos – se posso dizer assim –, aliás, para mim isso não é um subproduto, é o produto principal, para essa nova crença no Brasil. O Brasil descobriu a desigualdade. Hoje, só se fala nisso. Ela nasceu agora? Ela terá sido aumentada agora? Não, nem isso. Os dados nos dizem isso. O Coeficiente Gini, que é o que marca isso, mostra uma pequena melhoria, muito pequena, insatisfatória. Não houve piora da desigualdade.

E, não obstante, nós vivemos o dia-a-dia como se a desigualdade fosse descoberta agora. O que acontece é que, sem a inflação, com mais democracia, com mais liberdade, a desigualdade passou a ser intolerável. Ela não é mais aceitável por nenhum de nós, por nenhum ser humano. Todo mundo sabe que há um conteúdo ético, que obriga a uma constante referência à desigualdade, ainda que com exagero, de fazer de conta que tudo está piorando, quando não está. Mas é que, mesmo que esteja melhorando, tem muita coisa ruim. Então, se entende que se diga que está piorando, como uma maneira de chamar a atenção para acabar com uma coisa que ainda existe, que não é boa.

A idéia da desigualdade convive com o Brasil desde o descobrimento. Mas, a aceitação dela acabou. Daqui por diante, ninguém mais aceita o grau de desigualdade. Isso, também, é consequência de a moeda ser estável, de a democracia existir, de se ter conseguido criar programas sociais que, pelo menos, dão um certo sabor aos excluídos, de que eles podem entrar na sociedade.

E se descobrem caminhos novos. Descobre-se, por exemplo, que a mulher passa a ser fundamental na construção da nova sociedade. Parece até um tanto ridículo dizer: "Descobre-se que a mulher é fundamental." Sempre foi. Mas a consciência de que a mulher é um fator importante da nova sociedade é recente.

E, quando o cartão magnético, que dá a Bolsa-Escola, vai para a mãe de família; ou quando há uma ordem, como eu dei, de que na reforma agrária, que, aliás, se fez, se está fazendo, o acesso à propriedade fosse também dado à mulher, e não só ao homem, está se reconhecendo uma parte importante do Brasil que nós queremos, no futuro, e que ainda não está presente, com a força necessária, mas se começa a estar desenhado, como um caminho prático dos nossos anseios.

Cansei de ver referências – e comprehendo a razão – à questão da distribuição de renda, como disse há pouco, e ao fato de que a renda do trabalho não terá aumentado na forma que nós gostaríamos, e é verdade.

Mas não ouço, nunca, nenhuma referência a um fato de que, dada a reformulação havida no Estado brasileiro e na sociedade brasileira, hoje, todo o Imposto de Renda ou, melhor, não o Imposto, todo o valor

obtido pelo Governo Federal, na parte que lhe corresponde, do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e das empresas, todo, é distribuído diretamente aos mais pobres, sob a forma de programas diretos de distribuição de recursos.

Pela primeira vez na história, existem programas organizados, que fazem isso. E dou os números: nós nos aproximamos de cerca de 30 bilhões de reais, este ano, de distribuição direta, através do Programa, Doutora Wanda, o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a Bolsa-Escola, a Bolsa-Alimentação, a questão dos fundos de amparo ao trabalhador, a questão do salário-desemprego. Enfim, a aposentadoria rural dos que não contribuíram, fora o programa de Loas, que é o benefício continuado para as pessoas de certa idade, cuja renda familiar não é suficiente.

Somado tudo isso, dá cerca de 30 bilhões de reais. A soma do Imposto de Renda das pessoas físicas e das empresas, que vêm para o Governo Federal, descontada a parte das empresas, que vai para o Fundo de Participação dos Estados, não chega a 30 bilhões, deve ser da ordem de 26 bilhões. Como é que se distribui renda? Como é que um Governo pode trabalhar para a distribuição de renda?

O resto é crescimento econômico, é emprego, e melhores salários, o que corresponde, portanto, à sociedade, junto com o Governo e não só o Governo. Mas nós, efetivamente, criamos um programa, um conjunto de programas, uma rede de proteção social que faz com que, pela primeira vez, organizadamente, exista um mecanismo continuado de transferência direta de renda, através dos canais governamentais.

Isso também é consequência dessa nova sociedade, dessas demandas e da possibilidade de tudo, que foi fruto de um plano de estabilização. E, como eu disse, corresponde a um chacoalhar da sociedade que deseja melhorar e avançar mais. Falta muito. Falta muito e falta, nos dias que hoje correm, aquilo que parece quase inatingível, uma situação de maior segurança. Segurança física das pessoas. A violência urbana, e aqui foi mencionado, chegou a um ponto que isso passa a ser o problema central do país. Segurança física. Mas não é só física não. Segurança da

nossa economia, capacidade de discernir num mundo tão difícil, num mundo tão tempestuoso, tão cruel.

Esse mesmo mundo que também já foi aqui descrito, e que uma agência de *rating*, alguns jovens que mal conhecem as realidades, fazem uns cálculos econométricos, às vezes a partir de pressuposições bastante duvidosas, e baixam a nota de um país inteiro, ou de um setor desse país, que tem efeito prático imediato, aumenta a taxa de juros. E depois: “Ah, o Governo não baixa a taxa de juros.” Como se o Governo pudesse, por decreto, baixar a taxa de juros. Não. É preciso que nós tenhamos mais segurança. Portanto, é preciso continuar com os controles de Orçamento. Um regime fiscal que seja competente. Um regime monetário que seja compatível com um país atual.

Mas falta muito para que nós possamos ter essa segurança, para que nós possamos ter, efetivamente, menos vulnerabilidades, que não se constituem por um ato de vontade presidencial, mas por uma prática continuada. Falta investimento? Falta. Mas a taxa de investimento do Brasil passou de 13% para 20% do produto. Vinte por cento do produto significam, hoje, mais ou menos, 120 bilhões de dólares, cada ano. Desses, vêm do investimento estrangeiro direto cerca de 20. Ajudam, mas é um profundo engano pensar que o que está acontecendo é produto do investimento estrangeiro. Não. É produto do investimento doméstico, em amplo senso, e estrangeiro também, mas nessa proporção. Proporção importante, na medida em que exista por aí, também, um canal de desenvolvimento tecnológico e uma abertura de canais pelo mundo afora, sobretudo para comercialização.

Mas há um forte esforço de poupança. Que é insuficiente. E com essa poupança, podem os candidatos propor o que quiserem, em termos de crescimento econômico. Não dá. Não é o Governo que determina isso, é a sociedade. É a sociedade que, pelos seus canais, tem de poupar. São os empresários que têm que investir. O Governo tem parte. Tem parte na política macroeconômica, tem parte na medida em que estabelece um clima de confiança interno e externo, tem parte na medida em que possa definir certas políticas fundamentais. Mas é um esforço muito maior e que não se faz da noite para o dia. E que não pode ser feito sem olhar

o conjunto, porque é fácil aumentar a taxa de crescimento, baixar a taxa de juros e produzir a inflação. No ano seguinte paga o preço e recua.

Quando se olha, na década de 80, nós tivemos uma diminuição de renda *per capita* anual de 0,5%. Na década de 90, o aumento da renda *per capita* anual de 1,9%. Per capita. A média de 91 a 2000, ou 2001 é 1,9%. A média de 81 a 90 é menos 0,5%. Portanto houve estabilização, houve crescimento pequeno, mas houve crescimento e houve programas sociais. E há uma sociedade nova que demanda mais. Os alicerces estão aí, as convicções estão claras. O País, hoje, tem mais clareza sobre o que pode e o que não pode, sabe das dificuldades do mundo externo, sabe que os acessos aos mercados não são fáceis. Fala-se tanto, e é necessário, na exportação. Mas é preciso, não apenas acordos comerciais, como ousadia nossa para poder exportar. Busca de qualidade. Houve uma transformação na produção brasileira.

A produção brasileira, hoje, em boa parte, tem qualidade global, senão não exporta. Avião, automóvel, computador, moda, têxtil, calçado, tudo isso se fabrica com outra qualidade, comparada com os 20 anos, ou mesmo com menos, com 15 anos, ou mesmo com menos, com 10 anos. A qualidade mudou. Nós estamos, portanto, em condições de poder avançar mais no momento em que as conjunturas permitirem um avanço maior. Por trás disso está o imenso esforço do desenvolvimento científico e tecnológico, e não deve ser menosprezado.

Hoje, Presidente Itamar Franco, no Brasil, nós estamos produzindo seis mil doutores por ano. Isto é a mesma coisa que faz o Canadá ou a Itália. Não nos satisfaz, porque nós temos o triplo da população da Itália. Mas já é uma massa. O número de bolsas disponíveis é muito grande. Os fundos de investigação são grandes. Existem já núcleos de excelência, e não é só no genoma. Há em muita coisa. Não só na exploração de águas profundas da Petrobrás, em muitas outras matérias técnicas. Falta um casamento mais forte ainda entre a ciência e a tecnologia, entre a indústria e a universidade. Mas os caminhos já estão abertos.

Com isso, eu queria apenas dar-lhes o testemunho da minha crença, como fez o Dr. Marcílio Marques Moreira, neste país. Foi difícil, sem dúvida, chegar aqui. Não foi só na nossa geração; as gerações passadas tam-

bém enfrentaram outras dificuldades – os momentos eram outros, as conjunturas eram outras, as políticas eram outras, as necessidades eram outras. Avançaram. Nós avançamos também. Foi possível fazer esse esforço.

Mas, e termino dizendo isso, essa minha confiança neste país deriva, não apenas de que construímos uma base material e temos instituições sólidas, como esta mesma Associação, temos moeda, temos democracia, temos falta de muita coisa mas, basicamente, tenho confiança porque o País não se atemoriza e é inovador. Não quero fazer comparações fáceis, mas o Penta está aí para nos mostrar. O País não se atemoriza e é inovador.

Aqui, o Dr. Marcílio deixou lançados alguns desafios que são verdadeiros: reforma política. Sempre escutamos falar dela. Alguns de nós somos autores de propostas. Estão lá, não são aprovadas. Não são aprovadas porque há interesses em enraizados.

Reforma Tributária, eu tentei tanto, semana retrasada, quase que no isolamento do Planalto. E era a reforma sonhada pelos empresários: acabar com o PIS e abrir uma abertura para acabar com o Cofins. Está lá, o Governo quer. Não conseguimos. Por quê? Porque há interesses, legítimos, que se opõem. Uns querem para o seu setor também, outros querem diferente, outros querem de uma outra maneira. Reforma do ICMS, o IVA, fazê-lo federal, fazer um imposto de valor agregado? Quem não gostaria? Não adianta formular. É preciso mudar a sociedade, pouco a pouco, lutar.

Mas, como nós temos capacidade de persistir, como nós temos um enorme manancial criativo, eu acho que, com todas as dificuldades, assim como procurei levar adiante o trabalho do Presidente Itamar Franco, o que me suceder, seja quem for, por causa da sociedade, tal como ela é, vai continuar. E vai continuar, certamente com dificuldade, como eu tenho, como o Itamar teve, todos nós temos. Mas vai continuar porque essa sociedade, hoje, é mais consciente e está ansiosa por melhorar, está ansiosa para encontrar, no mundo, o lugar que lhe corresponde. E está ansiosa por deixar que falem o que quiserem, esses que falam mal, Marcílio, que não vão nos tocar. Nós temos fé em nós próprios. Nós gostamos do Brasil, nós acreditamos no Brasil. E nós vamos vencer.

Muito obrigado.